

FYI // Destques

Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro de 2016 – Aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2017, prevendo, entre outros, com particular relevância no domínio social/laboral:

- i. A actualização do valor do subsídio de refeição, fixando-o em € 4,52 a partir de 1 de Janeiro e em € 4,77 a partir de 1 de Agosto;
- ii. A majoração, em 10%, do montante diário do subsídio de desemprego e do subsídio por cessação de actividade, nas situações em que, no mesmo agregado familiar, ambos os cônjuges ou pessoas que vivam em união de facto sejam titulares do subsídio de desemprego ou do subsídio por cessação de actividade e tenham filhos ou equiparados a cargo, ou nas situações em que, em agregado monoparental, o parente único seja titular do subsídio de desemprego ou do subsídio por cessação de actividade;
- iii. A prorrogação, pelo ano de 2017, da medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração, prevista no Orçamento de Estado de 2016;
- iv. A extinção ou redução progressiva da sobretaxa de IRS, em conformidade com os escalões de rendimento, prevendo-se a eliminação da retenção da sobretaxa de IRS para os 1º e 2º escalões de rendimento a partir de 1 de Janeiro de 2017 e a extinção gradual nos restantes escalões nos seguintes termos: ao 3º escalão de rendimento (de € 20.261,00 até € 40.522,00 anuais) continua a fazer-se retenção da sobretaxa de IRS aos rendimentos auferidos até 30 de Junho de 2017, à taxa de 0,88%; ao 4º escalão de rendimento (de € 40.522,00 até € 80.640,00) continua a fazer-se retenção da sobretaxa de IRS aos rendimentos auferidos até 30 de Novembro de 2017, à taxa de 2,75%; ao 5º escalão de rendimento (€ 80.640,00) continua a fazer-se retenção da sobretaxa de IRS aos rendimentos auferidos até 30 de Novembro de 2017, à taxa de 3,21%;
- v. A previsão do pagamento dos subsídios de Natal e de férias em duodécimos, nos termos seguintes: deve ser pago o montante correspondente a 50 % do subsídio de Natal até 15 de Dezembro e os restantes 50 % em duodécimos ao longo do ano, assim como deve ser pago o montante correspondente a 50% do subsídio de férias antes do início do período de férias e os restantes 50 % em duodécimos ao longo do ano, a menos que o trabalhador manifeste a sua oposição no prazo de 5 dias a contar da data de entrada em vigor da lei do Orçamento (ou seja até 5 de Janeiro) excepto nos contratos de trabalho a termo e nos contratos de trabalho temporário em que a aplicação deste regime depende de acordo escrito entre empregador e trabalhador;

Decreto-Lei nº 86-B/2016, de 29 de Dezembro de 2016 - Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para o montante de € 557,00 (quinhentos e cinquenta e sete euros), a partir de 1 de Janeiro de 2017;

Portaria nº 3/2017, de 3 de Janeiro de 2017 – Actualiza o valor de referência do complemento solidário para idosos fixando-o, a partir de 1 de Janeiro de 2017, em € 5.084,30 e determina a actualização do montante do complemento solidário para idosos que se encontra a ser atribuído aos pensionistas é pela aplicação da percentagem de 0,5 % de aumento;

Portaria nº 4/2017, de 3 de Janeiro de 2017 – Fixa o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano de 2017 em € 421,32;

Portaria nº 5/2017, de 3 de Janeiro de 2017 – Fixa o valor do rendimento social de inserção em 43,634 % do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

Inês Pinheiro
Tiago Pestana de Vasconcelos
Ângela Afonso

Contactos:

ip@slcm.pt
tpv@slcm.pt
aa@slcm.pt

Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação